



**REGULAMENTO
COVID-19 PARA A RETOMA DA ATIVIDADE DA PRÁTICA
COMPETITIVA DE FUTEBOL, FUTSAL E FUTEBOL DE PRAIA**

Para conhecimento de todos os Clubes Filiados e demais interessados, divulgamos o Regulamento – COVID-19 para a retoma da atividade prática competitiva de Futebol, Futsal e Futebol de Praia, aprovado em reunião da Direção da Associação de Futebol da Madeira, realizada no dia 13 de Outubro de 2020.

Pel' A Direção



REGULAMENTO

COVID-19 PARA A RETOMA DA
PRÁTICA COMPETITIVA DE FUTEBOL,
FUTSAL E FUTEBOL DE PRAIA

Índice

Introdução	3
ARTIGO 1º	Norma Habilitante 4
ARTIGO 2º	Âmbito de aplicação 4
ARTIGO 3º	Regras sanitárias gerais para realização de treinos e competições 4
ARTIGO 4º	Avaliação clínica para retorno a treinos e competições 5
ARTIGO 5º	Plano de Contingência 5
ARTIGO 6º	Código de Conduta / Termo de Responsabilidade 6
ARTIGO 7º	Presença de público 6
ARTIGO 8º	Operações relacionadas com competições e media 7
ARTIGO 9º	Plano de testes laboratoriais para SARS-CoV-2 8
ARTIGO 10º	Operacionalização do plano de testes laboratoriais para SARS-CoV-2 8
ARTIGO 11º	O impacto da COVID-19 nas competições 8
ARTIGO 12º	Procedimentos perante caso positivo de COVID-19 9
ARTIGO 13º	Procedimentos perante caso suspeito 9

INTRODUÇÃO

As presentes normas pretendem orientar e implementar medidas específicas e contextualizadas para a prática federada de futebol, futsal e futebol de praia, em conformidade com o risco de transmissão e exposição ao SARS-CoV-2.

De acordo com a Orientação 036/2020 da Direção Geral da Saúde, a prática de futebol, futsal e futebol de praia é definida como uma atividade de risco médio. Assim, pretende-se definir orientações específicas que possibilitem um regresso aos treinos e competições de futebol, futsal e futebol de praia em segurança, minimizando o risco de transmissão do SARS-CoV-2.

Por outro lado, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2020 de 31 de julho de 2020 definiu que a prática de atividade física e desportiva, em contexto de treino e em contexto competitivo, pode ser realizada, desde que no cumprimento das orientações definidas pela Direção Geral da Saúde.

Igualmente, o Governo Regional da Madeira, através da Resolução 671/2020 de 10 de Setembro de 2020, posteriormente pela Resolução n.º 727/2020, de 2 de outubro, onde regulou e estabeleceu as condições necessárias para a retoma da atividade física e desportiva do escalão sénior do sector federado nas modalidades coletivas (onde se inclui o futebol).

A Direção Geral da Saúde emitiu, a 25 de agosto de 2020, a Orientação n.º 036/2020, que define as regras sanitárias para a realização de treinos e competições desportivas.

Neste sentido, e de forma a garantir o cumprimento das orientações da Direção-Geral da Saúde para a retoma das atividades desportivas enquadradas por federações desportivas com estatuto de utilidade pública desportiva, a Associação de Futebol da Madeira emite o seguinte regulamento específico para a prática competitiva de futebol, futsal e futebol de praia, para a Região Autónoma da Madeira.

ARTIGO 1º - Norma Habilitante

O presente Regulamento é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 10.º e na alínea n), do artigo 46.º do Estatuto da Associação de Futebol da Madeira, tendo por base o n.º 22, da Orientação n.º 36, de 25.08.2020, atualizada a 04.09.2020, da Direção Geral de Saúde, das Resoluções 671/2020, de 10 de Setembro, e n.º 727/2020, de 2 outubro, ambas do Conselho de Governo do Governo Regional da Madeira e do Regulamento COVID-19 da Federação Portuguesa de Futebol, com as devidas especificações.

ARTIGO 2º - Âmbito de aplicação

As normas do Regulamento aplicam-se a todos os Clubes, Sociedades Anónimas Desportivas, Sociedades Desportivas Unipessoais por Quotas, Associações Desportivas, agentes desportivos, colaboradores, atletas, dirigentes e funcionários de apoio envolvidos em treinos, jogos, competições e torneios de futebol, futsal e futebol de praia e em todas as competições tuteladas pela Associação de Futebol da Madeira.

ARTIGO 3º - Regras sanitárias gerais para realização de treinos e competições

Na organização dos treinos e das competições de futebol, futsal e futebol de praia, devem ser observadas as seguintes regras sanitárias gerais:

- a) Todos os espaços, materiais e equipamentos utilizados em treinos e competições, devem ser submetidos a limpeza e desinfeção (Orientações 014/2020 e 030/2020 da DGS);
- b) Todas as pessoas que trabalham ou frequentam os espaços de treino e competição têm de cumprir com as regras de etiqueta respiratória, da lavagem correta das mãos, da utilização correta de máscara, assim como, das outras medidas de higienização e controlo ambiental;
- c) Deve-se providenciar a colocação de dispensadores de SABA, junto às receções, entradas e saídas dos espaços desportivos e outros locais estratégicos;
- d) Em todos os espaços fechados e abertos, deve garantir-se o distanciamento físico mínimo de pelo menos 2 m entre pessoas em contexto de não realização de exercício físico e desporto;
- e) Em todos os espaços fechados, ou abertos, em situações que envolvam proximidade entre pessoas, a utilização de máscara é obrigatória para:
 - i. Equipas Técnicas;
 - ii. Colaboradores e funcionários dos clubes, das infraestruturas desportivas, e demais *staff* logístico e de limpeza;
 - iii. Atletas em situações de não realização de exercício físico.
- f) Nos espaços fechados deve ser assegurada uma boa ventilação, preferencialmente com ventilação natural, através da abertura de portas ou janelas. Pode também ser utilizada ventilação mecânica de ar (sistema AVAC – Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado). Nestes casos, deve ser garantida a limpeza e manutenção adequadas e

a renovação do ar dos espaços fechados, por arejamento frequente e/ou pelos próprios sistemas de ventilação mecânica;

- g) Garantir um interregno entre treinos e competições, de acordo com a tipologia de instalação, de forma a permitir o cumprimento dos procedimentos de desinfeção e higienização dos espaços utilizados;
- h) Na utilização de balneários, chuveiros, sanitários, bem como espaços de tratamentos, massagem, piscinas, saunas, banhos turcos, hidromassagens/jacuzzis e similares devem ser cumpridas as recomendações descritas na Orientação 030/2020 da DGS;
- i) A partilha de recipientes e utensílios de bebidas e comidas deve ser totalmente evitado. A utilização de bebedouros deve ser restrita ao enchimento de recipientes individuais;
- j) Deve ser mantido um registo, devidamente autorizado, dos dirigentes, funcionários, treinadores e atletas (nome, email e contacto telefónico), que frequentaram os espaços de treino e competição, por data e hora (entrada e saída), para efeitos de apoio no inquérito epidemiológico da Autoridade de Saúde, se aplicável;
- k) Os dirigentes, funcionários, treinadores e atletas devem efetuar a auto monitorização diária de sinais e sintomas e abster-se de ir trabalhar, treinar ou competir, se surgir sintomatologia compatível com COVID-19. Devem igualmente contactar o **SRS24 Madeira (800242420)**, ou outras linhas específicas criadas para o efeito;

ARTIGO 4º - Avaliação clínica para retorno a treinos e competições

1. Todos os atletas e árbitros que retomem os treinos e competições devem realizar avaliações clínicas periódicas e adequadas, de forma a identificar precocemente qualquer sintoma sugestivo ou infeção por SARS-CoV-2, sob orientação dos departamentos médicos que os acompanhem.
2. No contexto da situação epidemiológica atual e face ao prolongado período de paragem dos treinos e competições de futebol, futsal e futebol de praia, recomenda-se a realização de uma avaliação médico-desportiva de pré-participação a todos os atletas e árbitros na retoma dos treinos, independentemente da existência de exame médico-desportivo válido à data da retoma dos treinos.
3. São conhecidas algumas complicações médicas (respiratórias, cardiovasculares, entre outras) relacionadas com a COVID-19. Neste sentido, todos os casos suspeitos ou diagnosticados de COVID-19 devem ser avaliados clinicamente e orientados para a realização exames específicos, tal como recomendado no UEFA Return to Play Protocol.

ARTIGO 5º - Plano de Contingência

1. Todos os Clubes, Sociedades Anónimas Desportivas, Sociedades Desportivas Unipessoais por Quotas e Associações Desportivas, que organizem treinos e/ou participem em competições tuteladas pela Associação de Futebol da Madeira devem elaborar e disponibilizar um Plano de Contingência próprio para a COVID-19, focado nas atividades de treino e competição. Todos os agentes desportivos envolvidos em treinos e/ou competições devem ter conhecimento das medidas nele descritas e este documento deve ser previamente aprovado pela Direção Regional do Desporto, conforme o disposto na alínea a) e seguintes do nº 3, da Resolução do Conselho de Governo Regional da Madeira nº 671/2020, bem como na alínea a) do nº5 da Resolução de Conselho de Governo Regional da Madeira nº 727/2020 de 2 de Outubro.

O Plano de Contingência deve estar disponível para partilha e consulta por parte da respetiva Autoridade de Saúde territorialmente competente – IA SAUDE, e deve ser atualizado sempre que necessário, nos termos definidos na Resolução de Conselho de Governo Regional da Madeira nº 727/2020 de 2 de Outubro;

A AFM reserva-se no direito de solicitar o respetivo Plano de Contingência a qualquer momento.

Do Plano de Contingência deve constar, nomeadamente, além das outras obrigações legais:

- a) Os locais de treino e competição;
- b) As condições de higiene e segurança dos locais de treino e competição, incluindo a lotação máxima, referentes às instalações sanitárias, balneários, ginásios, salas de tratamento, bem como os respetivos procedimentos de limpeza e desinfeção;
- c) A identificação da área de isolamento e circuitos a adotar perante a identificação de um caso suspeito de COVID-19;
- d) As ações de formação no âmbito da COVID-19 a proporcionar a todos os praticantes desportivos, equipas técnicas, funcionários, colaboradores e outros, nomeadamente forma de identificação e atuação perante uma pessoa com suspeita de COVID-19;
- e) O contacto atualizado da Autoridade de Saúde territorialmente competente;
- f) A identificação de um agente desportivo designado, e seu substituto para os impedimentos, devidamente qualificado para a articulação com a Autoridade de Saúde;
- g) Número de pessoas e respetivas funções envolvidas na organização de competições na condição de visitado.

ARTIGO 6º - Código de Conduta / Termo de Responsabilidade

1. Todos os atletas e equipas técnicas devem assinar um Código de Conduta ou Termo de Responsabilidade (Anexo 1), no qual é assumido o compromisso pelo cumprimento das medidas de prevenção e controlo da infeção por SARS-CoV-2, bem como o risco de contágio por SARS-CoV-2 durante a prática desportiva, em contexto de treinos e competição conforme determinado pelo Governo Regional da Madeira, de acordo com as orientações da DGS e da PPF.
2. As entidades envolvidas nos treinos e competições devem ainda garantir que:
 - a) Todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários são disponibilizados e corretamente utilizados;
 - b) Ninguém deve frequentar os espaços onde decorrem treinos e competições, caso apresente sinais ou sintomas sugestivos de COVID-19. Nestas circunstâncias, devem contactar-se o **SRS24 Madeira (800242420)** ou outras linhas telefónicas criadas especificamente para o efeito, e seguir as recomendações que forem dadas;
 - c) As regras de etiqueta respiratória, da higienização correta das mãos, da utilização correta das máscaras e normas de funcionamento das instalações estão afixadas de forma acessível a todos.

ARTIGO 7º - Presença de público

A manutenção da autorização para a presença de público nas competições de futebol, futsal e futebol de praia depende de parecer técnico da DGS, sustentado na evolução da situação epidemiológica, e respetiva aprovação em Conselho de Ministros.

ARTIGO 8º - Operações relacionadas com competições e media

1. No que respeita às operações de jogo, determina-se a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) Suspensão do cumprimento inicial entre as equipas e a equipa de arbitragem, através de aperto de mão;
- b) Suspensão do acompanhamento da entrada das equipas por *player escorts*;
- c) Suspensão da presença de menores em funções de apoio ao jogo;
- d) Suspensão da reunião organizacional nos casos em que seja nomeado delegado ao jogo pela FPF/AFM;
- e) O acesso aos recintos desportivos está limitado aos seguintes elementos:
 - i. Jogadores, equipas técnicas e restantes agentes desportivos constantes da ficha técnica – incluindo técnico de equipamentos, Diretor de Imprensa e Gestor de Segurança (nos termos legais);
 - ii. Equipas de Arbitragem;
 - iii. O delegado ao jogo da AFM e o observador de árbitros;
 - iv. Dois dirigentes por cada clube interveniente podem estar na zona técnica com funções definidas;
 - v. Membros da Direção da AFM;
 - vi. As entidades que, nos termos do regulamento da respetiva competição, tiverem direito a acesso ao recinto desportivo e à bancada principal;
 - vii. Duas pessoas da direção de cada clube presentes na bancada principal;
 - viii. Pessoas com funções técnicas relacionadas com a organização do jogo, num máximo de 30:
 - (i) Staff AFM ou dos clubes participantes;
 - (ii) Assistentes de recinto desportivo e Forças de Segurança, quando aplicável;
 - (iii) Assistência médica;
 - (iv) Apanha-bolas;
 - (v) Pessoal do recinto em funções de limpeza, catering, montagens e piquetes;
 - (vi) Pessoal de manutenção do campo;
 - (vii) Fotógrafos e outros membros dos órgãos de comunicação social;
 - (viii) Elementos necessários para garantir a filmagem técnica;
 - (ix) Elementos necessários para garantir a transmissão televisiva dos jogos.

2. Em relação às fases finais ou finais das competições o número de pessoas pode ser excecionalmente mais elevado, mediante autorização da AFM.

ARTIGO 9º - Plano de testes laboratoriais para SARS-CoV-2

1. A Associação de Futebol da Madeira considerará a realização de testes laboratoriais para SARS-CoV-2 aos praticantes e árbitros de futebol, futsal e futebol de praia, de acordo com a Orientação 036/2020 da DGS, e tendo por referência a situação epidemiológica a nível regional e local, e os recursos disponíveis (vide Tabela *infra*).
2. Todos os testes laboratoriais para SARS-CoV-2 são realizados de acordo com a Orientação 015/2020 da DGS e a Circular Informativa n.º 003/CD/100.20.200, e notificados na plataforma SINAVE-Lab, nos termos da Lei n.º 81/2009 de 21 de agosto.

Tabela – Plano de testes ao SAR-CoV-2 de acordo com a situação epidemiológica a nível regional e local, conforme o estipulado na Orientação 036/2020 da DGS.

Contexto	Testes
Treinos dentro da mesma equipa	Sem testes
Competições entre equipas de zona(s) sem transmissão comunitária ativa de SARS-CoV-2	Sem testes
Competições entre equipas de zona(s) com transmissão comunitária ativa de SARS-CoV-2	Testes aleatórios até 48h antes da competição

ARTIGO 10º - OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE TESTES LABORATORIAIS PARA SARS-COV-2

1. A Associação de Futebol da Madeira, mediante indicações da Direção-Geral da Saúde, do Governo Regional da Madeira e do IA-Saúde, analisará, ao longo da época 2020/2021, a situação epidemiológica a nível regional e local, e informará as equipas e atletas que podem ser alvo de testes laboratoriais aleatórios, no sentido de garantir uma maior vigilância aos clubes localizados em zonas com transmissão comunitária ativa de SARS-CoV-2.
2. A(s) zona(s) com transmissão comunitária ativa são identificadas e comunicadas oficialmente à Associação de Futebol da Madeira pelas Autoridades de Saúde territorialmente competentes.
3. A extensão da realização de testes laboratoriais para SARS-CoV-2 às equipas técnicas e demais intervenientes deve ser alvo de uma avaliação de risco e definida pela Associação de Futebol da Madeira, pelos clubes e entidades promotoras dos treinos e competições.
4. A Associação de Futebol da Madeira, mediante indicações da Direção-Geral da Saúde e das Autoridades de Saúde, pode considerar o aumento da periodicidade, pessoas a testar e número de testes a realizar, de forma a cumprir, por exemplo, com recomendações internacionais para competições específicas.
5. Não obstante o plano de testes laboratoriais da Associação de Futebol da Madeira, os Clubes, Sociedades Anónimas Desportivas e Sociedades Desportivas Unipessoal por Quotas, devem elaborar e organizar o seu próprio plano de testes laboratoriais para SARS-CoV-2, tendo em consideração a análise da situação epidemiológica regional ou local, ficando ao seu cargo os custos dos mesmos.

ARTIGO 11º - O impacto da COVID-19 nas competições

1. Nas competições tuteladas pela AFM, os Clubes, Sociedades Anónimas Desportivas, Sociedades Desportivas Unipessoais por Quotas têm o dever de informar o Departamento de Competições da AFM, através da linha de atendimento n.º 291214410, a funcionar durante o fim de semana, ou através do correio eletrónico competicoes@afmadeira.com, durante a semana, sobre a existência de casos positivos ou de agentes desportivos em isolamento profilático determinado pelas Autoridades de Saúde que possam comprometer a realização de treinos e competições.

2. Os Clubes, Sociedades Anónimas Desportivas e Sociedades Desportivas Unipessoais por Quotas, têm de fazer prova, através de comprovativos de atendimento nos serviços de saúde, de realização de testes ao SARS-CoV-2, ou de documentos oficiais de doença ou isolamento profilático emitidos pelos serviços de saúde, a entregar em momento a definir pela AFM.
3. A AFM pode adiar jogos entre equipas de zona(s) com transmissão comunitária ativa de SARS-CoV-2.
4. A AFM adiará um jogo se mais de 50 por cento do número de jogadores habilitados para a prova não puder competir por motivo relacionado com COVID-19. O clube tem de fazer prova documental do impedimento de jogar através de Certificados de Incapacidade Temporária (em caso de COVID-19; emitidos pelo Médico Assistente) e/ou de Declarações de Isolamento Profilático (em caso de contacto de alto risco de exposição; emitidos pela Autoridade de Saúde), a entregar em momento a definir.

ARTIGO 12º - Procedimentos perante caso positivo de COVID-19

1. Todos os casos positivos (sintomáticos ou não) de infeção por SARS-CoV-2 devem, de imediato, ser comunicados à Autoridade de Saúde territorialmente competente e notificados na plataforma SINAVE-Med nos termos da Lei n.º 81/2009 de 21 de agosto. O caso positivo deve ser isolado, ficando impossibilitado de participar em treinos e competições até à determinação de cura deliberada pela Autoridade de Saúde territorialmente competente.
2. Os atletas e equipas técnicas da equipa na qual foi identificado um caso positivo podem ser considerados contactos de um caso confirmado. No entanto, a identificação de um caso positivo não torna, por si só, obrigatório o isolamento coletivo, das equipas. A determinação de isolamento de contactos (de praticantes e outros intervenientes), a título individual, é de estrita competência da Autoridade de Saúde territorialmente competente.
3. Os departamentos clínicos dos clubes devem fazer a vigilância clínica dos contactos do caso positivo, garantindo o acompanhamento clínico e o registo diário da informação, sem prejuízo da atuação da Autoridade de Saúde territorialmente competente.

ARTIGO 13º - Procedimentos perante caso suspeito

1. Qualquer caso suspeito de COVID-19 presente nos espaços de treino ou competição deve ser encaminhado para uma área de isolamento, através dos circuitos definidos no Plano de Contingência do clube. Deve garantir-se que o indivíduo é portador de máscara. O **SRS24 Madeira (800242420)** deve ser contactado, dando cumprimento às indicações recebidas.
2. Têm de ser cumpridos os procedimentos definidos no Plano de Contingência do clube e, se aplicável, os procedimentos de limpeza e desinfeção das infraestruturas.
3. ANEXO 1 – Modelo de Termo de Responsabilidade:

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____, portador do documento de identificação n.º _____, agente desportivo federado da modalidade de _____ no clube _____, com residência habitual no concelho de: _____, declaro por minha honra, que:

1. Adotarei um comportamento socialmente responsável, cumprindo de forma exemplar as medidas gerais recomendadas pela Direção-Geral da Saúde, na minha vida em sociedade e durante a prática desportiva, designadamente, a etiqueta respiratória, a higienização frequente das mãos, e, sempre que aplicável, o distanciamento físico e a utilização de máscara;
2. Comprometo-me a utilizar máscara em todas as situações previstas e recomendadas pelas autoridades de saúde;
3. Monitorizarei os meus sinais e sintomas, nomeadamente febre, tosse e dificuldade respiratória, durante a prática desportiva, quer em contexto de treino quer em competição, em particular, nas vésperas e no dia do treino e competição;
4. Informarei o meu Clube, Associação de Futebol da Madeira ou Federação Portuguesa de Futebol, de imediato, relativamente a eventuais contactos com indivíduos suspeitos de COVID-19 ou com casos confirmados de infeção por SARS-CoV-2, bem como da manifestação de sinais e sintomas de COVID-19, nomeadamente febre, tosse, ou dificuldade respiratória. Aplicarei esta mesma regra a todos os elementos do meu agregado familiar;
5. Aceito submeter-me a todos os testes e exames laboratoriais determinados pela equipa médica do meu Clube, Associação de Futebol da Madeira, Federação Portuguesa de Futebol ou pelas Autoridades de Saúde, relacionados com a COVID-19;
6. Participarei, sempre que solicitado, nas iniciativas de cariz social e educativo de sensibilização de todos os agentes desportivos e da sociedade para a prevenção e controlo da COVID-19.

____ de _____ de 202__

Assinatura:

Assinatura do Encarregado de Educação (no caso de agentes desportivos menores de idade):
